

AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO SOCIAL E APROFUNDAMENTO DA INSERÇÃO DEPENDENTE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO¹

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar o capitalismo dependente latino-americano, ou seja, a forma de inserção dessa região no capitalismo mundial, principalmente na fase atual, de reestruturação neoliberal. A referência para a análise aqui desenvolvida é a perspectiva interpretativa da teoria marxista da dependência frente a algumas correntes de pensamento social que com ela dialogam, direta ou indiretamente. A hipótese levantada é a de que, ainda que o neoliberalismo tenha se processado em momentos distintos e com formatos diferenciados nos países da América Latina, suas políticas reiteraram e aprofundaram a dependência.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência; América Latina; neoliberalismo.

Classificação JEL: F63; O54.

Abstract

The purpose of the article is to analyze the dependent Latin American capitalism, that is to say, the form of insertion of this region in global capitalism, particularly in its current phase, of neoliberal reconstruction. The reference for the analysis developed here is the interpretative perspective of the Marxist theory of dependence together with some branches of social thought that directly or indirectly dialogue with it.

GRASIELA CRISTINA DA CUNHA BARUCO

Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

The hypothesis raised in the paper is that, even if neoliberalism has been adopted in distinct moments and in different shapes in the countries of Latin America, its politics has strengthened and deepened dependency.

Keywords: Marxist theory of dependence; Latin America; neoliberalism.

I. América Latina: pensamento social e o desenvolvimentismo

A América Latina não pode ser definida apenas como sendo uma unidade geográfica. No entanto, a tarefa de apresentá-la como uma categoria analítica, ainda que se considere o “caráter condicional e relativo de todas as definições em geral” (Lenin, 1986, p. 641), não é algo trivial. É possível que exista certa artificialidade na construção dessa categoria; apesar disso, dada sua pertinência, vários autores e diversas correntes de pensamento se propuseram a tratar o tema.

Há uma incontestável unidade latino-americana, sendo que, categorialmente, a América Latina talvez seja mais bem definida como uma unidade na diversidade. Dado que esta última característica é bastante evidente, a maior marca de sua unidade se expressa pela condição, historicamente construída, de região dependente e periférica dos centros capitalistas mundiais.

Neste sentido, grande parte do pensamento social latino-americano procura analisar os determinantes que levaram a região à condição de periferia, como essa condição se reproduziu historicamente (até os dias atuais) e quais as possibilidades de superá-la.

Segundo Martins (2006, p. 925), o pensamento social latino-americano começa a se desenvolver a partir das lutas pela independência de diversas colônias em relação às suas metrópoles, e também graças à “diferenciação de sua estrutura social – expressa na formação do proletariado –, promovida pela expansão do capitalismo”. Esses determinantes fizeram florescer um tipo de pensamento social expresso “na forma radical do hispano-americanismo de Simón Bolívar e na versão inicial do latino-americanismo de José Martí”, cujos principais objetivos eram: (i) compreender a realidade da América Latina, partindo da ideia de que o atraso da região devia-se às relações de subordinação construídas ao longo de séculos entre colônia(s) e metrópole(s), o que teria condicionado a trajetória de constituição das economias da região latino-americana, bem como suas estruturas de relações sociais e a própria mentalidade dos povos; (ii) ao compreender a realidade, buscar transformá-la, primeiro, internamente, o que seria feito através de uma transformação

nas relações sociais desses países, com destaque para o fim da escravidão e da servidão, e, segundo, nos marcos internacionais, via integração dos Estados nacionais; e, por fim, (iii) Bolívar e Martí propõem “a formação de uma identidade nacional e regional na integração social e cultural entre brancos, índios e negros, capaz de impactar as relações internacionais e contribuir para a solidariedade entre os povos”.

Em que pesem as interpretações de Simón Bolívar e José Martí – por exemplo –, de acordo com Marini (1992, p. 69), durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, o pensamento social latino-americano é marcadamente eurocêntrico, ou seja, fundamentalmente influenciado pelo liberalismo e pelo positivismo. Dando continuidade a esse pensamento colonial e reflexo, desde fins do século XIX:

se fez presente [na América Latina] o marxismo, na esteira do surgimento do movimento socialista [...]. Por outra parte, em função da emergência do imperialismo norte-americano e sua projeção sobre a América Latina, se registra a eclosão de um pensamento anti-imperialista, formulado por intelectuais ligados à oligarquia burguesa, que mantinha vínculos estreitos com as potências europeias. (Marini, 1992, p. 69)

Nessa trajetória, influenciada pela Revolução de 1917, surge na América Latina uma corrente de pensamento, interpretada por Aricó (1987) como sendo uma primeira teoria marxista da dependência, que procurava conjugar marxismo

e anti-imperialismo, isto é, uma tentativa pioneira de estabelecer algumas bases de reflexão acerca da realidade regional que fossem, de fato, originais. Esse movimento, no entanto, foi inviabilizado pela repressão dos anos 1920-1930, bem como pelas orientações estabelecidas pela Terceira Internacional marxista.² Nos anos que se seguiram à década de 1930, vários autores latino-americanos como, por exemplo, Caio Prado Junior, procuraram compreender a realidade latino-americana a partir de uma perspectiva historiográfica. No entanto, foi somente a partir de meados do século XX que o pensamento social latino-americano ganhou maiores contornos e obteve projeção mundial.

No pós-Segunda Guerra mundial, o surgimento de grande número de novos estados nacionais, em alguma medida como resultado dos processos de descolonização, levou a enormes questionamentos, por parte do mundo periférico, em relação às disparidades existentes entre esses países e os centrais. Nesse sentido,

os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar essas disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que – sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento – se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa. (*ibidem*, p. 71)

De acordo com Marini (*ibidem*, p. 71-72), tal como formulada originalmente, a teoria do desenvolvimento estima o estado de desenvolvimento de uma nação a partir do seu aparelho produtivo, ou seja, a partir da maior ou menor centralização no setor primário (fundamentalmente agrícola), secundário (produtos industrializados) ou terciário (setor de serviços) da economia. Assim, como numa escala evolutiva, haveria uma escala de desenvolvimento, ou um *continuum* evolutivo, que conduziria os países de uma etapa de subdesenvolvimento para outra de desenvolvimento, bastando para isso a adoção de determinadas ações econômicas, sociais e políticas necessárias à decolagem econômica (ou *takeoff*).³

É precisamente no contexto histórico de surgimento das principais teses da teoria do desenvolvimento que se insere a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cujo marco constitutivo pode ser considerado a publicação de um documento, em 1950, intitulado *Informe econômico da América Latina de 1949*, e no qual fica clara a importância da teorização acerca do desenvolvimento.⁴ De acordo com Dos Santos, a CEPAL oferecerá nesse momento

um fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim como um apoio institucional, à busca de bases autônomas de desenvolvimento [para a América Latina]. Estas se definiriam por intermédio da afirmação da industrialização como elemento aglutinador

e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política. (Dos Santos, 2000, p. 74)

A CEPAL torna-se então uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento, ainda que não se possa reduzir sua importância a isso, principalmente devido à originalidade de muitas de suas contribuições. Em termos teóricos, a principal contribuição da CEPAL foi sua crítica à teoria clássica do comércio internacional, cujo fundamento é a chamada lei das vantagens comparativas, desenvolvida principalmente nas obras de David Ricardo. De posse da formulação ricardiana, no âmbito da teoria econômica, os chamados modelos neoclássicos de comércio internacional, como o conhecido Heckscher-Ohlin-Samuelson, defendem a especialização dos países segundo a dotação de fatores de produção, ou seja, os países com elevada concentração de capital deveriam centrar-se na produção industrial, ao passo que aqueles abundantes em terra e trabalho, na produção agrícola.⁵

De acordo com Martins (2006, p. 926), a divisão internacional do trabalho, nos termos propostos por David Ricardo, desenvolveu-se plenamente durante a vigência da hegemonia britânica. O imperialismo combinou na América Latina o neocolonialismo e a ideologia da livre concorrência. Com isso, a região, que alcançou sua independência colonial no pós-1820 (com exceção de Cuba e Porto Rico), vinculou-se ao

esquema da divisão internacional do trabalho pela adesão de suas oligarquias nacionais a esse pensamento – como bem o comprova a defesa de uma suposta vocação agrícola desses países. No entanto, na prática, a deterioração dos termos de troca observada no comércio internacional, principalmente no pós-1860, sinalizava para o “ônus da especialização em setores de baixa tecnologia”. (*ibidem*) Associada a esse ônus, a exaustão da hegemonia britânica deu lugar, na região latino-americana, ao florescimento do pensamento nacional-desenvolvimentista, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Toda a literatura cepalina sobre desenvolvimento produzida nos anos 1940 e 1950 (a respeito de um processo que remonta ao pós-1860), com destaque para a artigo pioneiro de Raul Prebisch lançado em 1949, republicado em (Prebisch, 2000), e Celso Furtado (1967), argumenta que a deterioração dos termos de troca seria uma “debilidade congênita” da condição periférica dos países latino-americanos, dado que, na divisão internacional do trabalho, a região se consolidou como sendo historicamente exportadora de produtos primários e, analogamente, importadora de produtos elaborados, de maior conteúdo tecnológico. A deterioração dos termos de troca significa que, estruturalmente, a relação dos preços dos produtos que os países periféricos latino-americanos exportam (basicamente produtos primários) frente aos preços dos produtos que eles importam (basicamente produtos

industrializados) diminui, de forma que o poder de compra das exportações dos periféricos tende a cair frente aos países centrais.

Furtado e Prebisch argumentavam que a divisão internacional do trabalho teria levado à cristalização de estruturas que possibilitaram a concentração da renda em favor dos países industrializados mediante a deterioração, em longo prazo, dos termos de troca dos países especializados na exportação de produtos primários, e defendiam com vigor a industrialização, que deveria ser conduzida através de um processo de substituição de importações, ou seja, estimular-se-ia a industrialização dos países latino-americanos, de tal forma que estes passassem a produzir internamente aquilo que antes necessitavam importar. Sem industrialização, haveria uma pesada e contínua deterioração dos termos de troca, sendo impossível equilibrar o Balanço de Pagamentos dada uma pauta exportadora em produtos primários e outra importadora em bens industriais.

Em termos práticos, segundo Marini (1992, p. 81), o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações ocorreu porque o processo foi implementado “sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e permitia que o processo de produção se sustentasse graças à importação crescente de bens de capital”, com o que

sua continuidade dependia de uma crescente capacidade de importar, o que significa também uma crescente necessidade de gerar divisas para fazer face ao aumento das importações. No entanto, a capacidade de importar continuava sendo travada, no caso dos países periféricos, pela deterioração dos termos de troca. A outra fonte de divisas externas era o aporte de capitais estrangeiros provenientes de investimentos diretos, empréstimos, financiamentos e doações, os quais, sistematicamente remetem lucros e dividendos para o exterior, agravando a escassez de divisas e, por extensão, a situação do Balanço de Pagamentos.⁶

Em termos teóricos, ainda de acordo com Marini (*ibidem*, p. 75), a CEPAL compreendeu de forma acertada a questão da deterioração dos termos de troca. No entanto, seria preciso destacar dois problemas da teoria cepalina da deterioração dos termos de troca: (i) seria razoável afirmar que, no caso dos países centrais – ainda que a CEPAL tenha acertadamente compreendido a tendência a elevação persistente dos preços dos produtos industrializados, principalmente em função dos salários naqueles países –, poderia se esperar que os ganhos de produtividade, resultantes principalmente da introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra no processo produtivo, se transferissem aos preços dos produtos, salvo situações em que a estrutura de mercado se mostra atípica, como é o caso da existência de monopólio; e, (ii)

mesmo nos países periféricos, verificou-se um aumento da produtividade do trabalho como resultado da introdução de novas técnicas de produção, o que efetivamente levou a essas economias algum ganho de competitividade, o que também contraria, em alguma medida, a tese da deterioração dos termos de troca.

Com isso se quer dizer que, com o esquema centro-periferia, ainda que a CEPAL consiga ir muito além das clássicas teorias do desenvolvimento, mantém-se fiel à interpretação segundo a qual o desenvolvimento econômico é um *continuum*, ou seja, “medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional” e a “implementação de uma política econômica adequada” conduziria os países subdesenvolvidos ao “desenvolvimento capitalista pleno” (*ibidem*, p. 77-78).

Na contramão dessa conclusão, a crise do desenvolvimentismo nos anos 1960 é, em grande medida, devida à incapacidade do capitalismo de “reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias”, sendo que, “mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas”, encontravam-se “limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política à economia internacional”, com o que “era necessário buscar novos rumos teóricos” (Dos Santos, 2000, p. 21).

2. O novo pensamento social: a teoria marxista da dependência

De forma preliminar é possível afirmar que, em termos de contextualização histórica, a teoria marxista da dependência, enquanto corrente estruturada de pensamento, desenvolve-se principalmente a partir de um conjunto de trabalhos elaborados por intelectuais latino-americanos no período compreendido entre 1964 e 1967.

No ambiente que precede a constituição da teoria da dependência, fundamentalmente nos anos 1950, constitui-se na América Latina uma esquerda não-alinhada com os partidos comunistas, “saída em geral das fileiras dos movimentos populistas e com forte incidência, em sua composição social, de estudantes, intelectuais em geral e jovens militares” (Marini, 1992, p. 86), que se opõe à tese de diversos partidos comunistas da região, segundo a qual o incipiente desenvolvimento das forças produtivas para a transformação radical dessas sociedades exigiria o cumprimento de um “gradualismo reformista”, para o qual as ideias provenientes da CEPAL ofereceram sustentação teórica, política e prática. De acordo com Prado e Meireles:

a ideologia dos Partidos Comunistas latino-americanos se apoiava numa teoria de etapas do desenvolvimento capitalista, pregando que os países do então chamado Terceiro Mundo se encontravam em estágios feudais ou semifeudais. O resultado político desse diagnóstico levava à ideia de que era necessário fomentar, através de

uma aliança tática com as burguesias nacionais, o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, pois estes teriam que passar por uma “revolução burguesa” antes de imaginar a posterior “revolução proletária”. (Prado & Meireles, 2010, p. 173)

A assim chamada esquerda não comunista ou “esquerda revolucionária” fomentou uma nova forma de pensamento, cuja característica era o vínculo estreito entre a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista – ainda que não estivesse explícita a concordância em relação aos ideais socialistas. Essa luta contra as teses dos partidos comunistas latino-americanos implicava se defrontar com as teses cepalinas, sem que, no entanto, tenha sido construída por parte dessa esquerda revolucionária “uma formulação alternativa sistemática a essas teses” (Marini, 1992, p. 86-87). A história, no entanto, mostrou-se mais transgressora do que poderiam imaginar as teses dos partidos comunistas, isto porque a Revolução Cubana em 1958/1959,

[...] ao não se encaixar nos modelos supostamente marxistas definidos desde Moscou, abriu definitivamente as portas para a crítica tanto teórica como prática aos PCs [Partidos Comunistas]. Foi precisamente no calor dessa crítica que os estudos marxistas da dependência fizeram sua entrada nas ciências sociais da América Latina. (Prado & Meireles, 2010, p. 173)

Um dos principais problemas que permeava o debate entre as correntes de pensamento social

latino-americano naquele momento era compreender se entre os séculos XVI e XIX a América Latina foi feudal (como defendiam os endogenistas – corrente de pensamento social tratada na seção seguinte) ou capitalista.⁷ Essa problemática estava relacionada, na verdade, com o corte epistemológico que cada vertente considerava, como bem coloca Osorio (2004, p. 131): qual deveria ser a unidade de análise? A “América Latina aislada, y sus relaciones sociales internas? [o] El sistema mundial, desconociendo las relaciones sociales internas?” (*ibidem*)

Uma solução para esse impasse epistemológico estaria em analisar o fenômeno assumindo que ambas as perspectivas ajudam a elucidá-lo. No entanto, ainda que alguma corrente de pensamento assumisse essa perspectiva, permaneceria um aparente paradoxo, qual seja: considerando que a América Latina se estabeleceu como região de fundamental importância para o avanço e consolidação de uma “nova organização produtiva mundial”, o sistema capitalista o fez reproduzindo modalidades atrasadas de exploração, com o que se tem a conformação de sociedades que são uma amálgama entre o “arcaico” e o “moderno” – o chamado “dualismo estrutural”.⁸

A solução para o problema foi encontrada unindo-se a perspectiva da economia mundial capitalista (ou lógica do capitalismo em escala mundial) a uma teoria original que procurava dar

conta de uma forma particular de organização capitalista, distinta de outras formas possíveis e que, portanto, não comportava identificações com qualquer “modelo” até então estabelecido, ou seja, “el problema pasaba por encontrar una perspectiva que integrara ambas perspectivas y las categorías [que les correspondían] [...] pero no como ‘deformación’” (*ibidem*, p. 132).

As primeiras reflexões da CEPAL cumpriram esse papel, ao empreender uma primeira ruptura com a tese clássica do comércio internacional. No entanto, esses avanços começaram a esvaziar-se à medida que o modelo de desenvolvimento por substituição de importações não alcançou os resultados esperados. Ganhou fôlego então, no interior da Comissão, o tema das reformas, que deram vida aos estudos da chamada “marginalidade” social, colocando ênfase na necessidade de pensar os problemas latino-americanos em outros termos. Inseria-se nesse segundo momento de ruptura e reflexão acerca do capitalismo periférico e dependente a obra *Dependencia y desarrollo en América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de circulação interna do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES) desde 1966, mas cuja publicação deu-se apenas em 1969. Os autores deixavam explícita a vinculação entre o “externo” e o “interno” em sua análise sobre a dependência, o que abriria frutíferas perspectivas para análises posteriores. A obra superou ainda a ênfase no

“econômico”, que caracterizava os trabalhos da CEPAL, “otorgando al análisis de las clases y sus alianzas una significativa importancia” (*ibidem*, p. 133-134).

Aqui é preciso fazer um importante esclarecimento. É possível dividir a teoria da dependência em duas vertentes. Uma primeira vertente tem como principais referências as obras de Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Aldo Ferrer, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Aníbal Pinto, sendo estes autores “orientados pelos preceitos modernizadores e desenvolvimentistas”. Uma segunda vertente ficaria conhecida como teoria marxista da dependência ou “dependentistas marxistas-revolucionários”. Diferentemente daqueles, para os autores dependentistas marxistas, “somente pela via da revolução socialista na América Latina seria possível a superação dos problemas intrínsecos à condição periférica” (Prado & Meireles, 2010, p. 171). Destacam-se nesse último grupo os trabalhos de Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos, André Gunder Frank, Vania Bambirra, Caputo e Pizarro.⁹

Ainda que se reconheça a importância da obra de Cardoso e Faletto (1969), é preciso destacar que um primeiro flanco de crítica a esses autores constitui-se em função de que “lo económico está presente en este estudio sólo como un marco muy general, a partir del cual se desarrolla un análisis esencialmente sociológico” e,

em segundo lugar, o distanciamento histórico tornou possível observar que a obra “expresa la confluencia entre una reflexión que apunta a romper con la visión teórica e metodológica desarrollada por la CEPAL, y El pensamiento marxista [...]”. (Bambirra *apud* Osorio, 2004, p. 133)

Dos Santos (2000) afirma que, na construção de sua obra, Cardoso, primeiro, passou a acusar de um suposto “economicismo” a obra de autores dependentistas marxistas¹⁰ e, segundo, a insistir cada vez mais na negação de qualquer “determinismo econômico” que pretendesse identificar “mecanicamente” a situação de dependência de alguns países periféricos, ou seja, o autor passou a negar que a situação de dependência e os seus desdobramentos (superexploração do trabalho, distribuição regressiva de renda, marginalidade crescente etc.) fossem imanentes à lógica capitalista.

Cardoso passou então a defender a tese de que os limites que estavam postos ao desenvolvimento do capitalismo dependente eram políticos e não econômicos, com o que mudanças das condições políticas e geopolíticas mundiais ou regionais poderiam levar estes países a superar a situação de dependência. Tratar-se-ia, portanto, de uma interpretação weberiana da condição de dependência, na medida em que o Estado, visto como algo superior e descolado da sociedade civil, poderia, via manejo adequado

da política, conseguir uma situação de inserção internacional que, se não superasse a condição de dependência, em grande medida chegaria muito próximo disso.

Nos termos de Marini (2005, p. 138), a América Latina é uma região de capitalismo *sui generis*, sendo que o estudo das determinações que conduziram a essa situação “só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional”. Do que se trata então esse capitalismo *sui generis*? Um capitalismo que se constitui como uma totalidade, mas cuja dinâmica de funcionamento impôs a construção e reprodução de países (ou zonas) periféricos e centrais. Nesse sentido, qual o objeto de estudo da teoria da dependência, o seu marco teórico, método de análise e corte epistemológico?

De acordo com Valencia (2005, p. 188-189), o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a formação econômico-social da América Latina, a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial, o que compreende o “*período colonial y la pos independencia, en la cual la economía exportadora cede paso a la formación de una economía industrial capitalista dependiente que forja su propio ciclo de reproducción*”. Já o marco teórico e o método de análise é o marxismo, ou seja, o ponto de partida é a teoria do valor-trabalho elaborada

por Marx (1988) e outras categorias analíticas desenvolvidas em suas obras “*como ganância, renta de la tierra y plus valía*”, mas “*no se limita a ellas, aborda también los problemas sociopolíticos y cuestiones particulares que atañen al debate político, la cultura, la tecnología y la educación*”.

Assim, para analisar as formações sociais latino-americanas, a teoria marxista da dependência parte da circulação mundial do capital, da análise do ciclo do capital dinheiro e do capital mercantil para, na sequência, tratar de analisar a esfera de produção interna aos países dependentes e periféricos e, por fim, demarcar a questão da formação das esferas da circulação e realização próprias dessas economias. (*ibidem*, p. 190) Portanto, como corte epistemológico, a teoria da dependência assume a economia mundial, entendida como uma totalidade, o que a diferencia, por exemplo, da teoria ortodoxa do comércio internacional que

[...] es incapaz de aprehender los elementos esenciales que explican la naturaleza y sentido de las relaciones económicas internacionales. [...] [ya que presupone la existencia] de unidades económicas autónomas (países) que se enfrentan obteniendo beneficios, niega la existencia de una economía mundial capitalista estructurada, que constituye la totalidad fundamental a partir de la cual pueden recuperarse las determinaciones más concretas. Es decir, la teoría ortodoxa del comercio internacional comienza su análisis en lo particular (países) y, por ello, su método no puede comprender las relaciones vitales que se

estructuran en la totalidad (la economía mundial). (Caputo & Pizarro, 1970, p. 38)

Por fim, o que se entende pela categoria de dependência na perspectiva marxista? De acordo com Carcanholo (2008), a condição de periferia é comumente interpretada como sendo de uma região (ou país) que possui, em conjunto, as seguintes características: uma trajetória de crescimento econômico irregular, uma grande dependência de capitais externos para o financiamento das contas externas (do balanço de pagamentos), a baixa capacidade de resistência diante de choques externos e, por fim, a alta concentração de renda e riqueza. Assim, a teoria convencional do desenvolvimento define a condição de subdesenvolvimento de um país como sendo a de ausência de desenvolvimento.

Entende-se, ainda no âmbito da teoria convencional, que aqueles elementos distintivos do subdesenvolvimento, tidos como anormalidades, se bem tratados, seriam passíveis de superação. Diferentemente da teoria convencional, a teoria marxista da dependência

parte da noção do capitalismo como um sistema mundial; mas, diferentemente da CEPAL, não considera o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas de um *continuum*: eles serão vistos, antes, como realidades distintas e contrapostas, ainda que estruturalmente vinculadas. O subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; neste

sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo. (Marini, 1992, p. 88)

A clássica definição de Marini para o conceito de dependência aparece em sua obra *Dialética da dependência*, de 1973. Para o autor, trata-se de

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Marini, 2005, p. 138-141)

Dos Santos (1978) identificou três formas históricas de dependência, quais sejam: (i) a dependência colonial, comercial exportadora; (ii) a dependência financeiro-industrial; e, (iii) a dependência tecnológico-industrial do pós-segunda guerra mundial, sob a liderança das empresas multinacionais. A clássica definição de Dos Santos (1978, p. 305) para o conceito de dependência aparece em sua obra *Imperialismo y dependencia*:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre as duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume

a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes.

De forma sintética, é possível, portanto, afirmar que a dependência é uma relação de subordinação de países ou regiões à lógica de expansão das economias centrais, ou seja, significa tomar parte na conformação do capitalismo mundial de forma “condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra [economia] a quem [uma economia ou região em questão] está subordinada”, ainda que se observem específicas “manifestações internas nos ‘arranjos’ social, político e ideológico” dos países ou regiões subjugadas (Carcanholo, 2009, p. 253). Ou seja, no primeiro caso, trata-se de compreender a “situação global”, enquanto no segundo, suas “manifestações específicas” (Caputo & Pizarro, 1970).

Essa elaboração teórica levou os autores marxistas da teoria da dependência a concluir que a situação dependente e periférica da América Latina no capitalismo mundial não poderia ser superada no âmbito do capitalismo. A teoria da dependência implica, portanto, negar a noção de desenvolvimento autônomo, tal como

formulada no âmbito da CEPAL, dado que a situação de dependência está intrinsecamente relacionada à própria constituição do capitalismo, não podendo ser superada nos marcos do capitalismo apenas através do manejo “adequado” de políticas econômicas – assim como, para Lenin e Luxemburgo, reformas no capitalismo seriam incapazes de eliminar o imperialismo, dado que se trata de um movimento intrínseco à sua lógica de reprodução.

Carcanholo (2009) chama a atenção aqui para três importantes aspectos no estudo da teoria da dependência em sua vertente marxista. Primeiro, o conceito de dependência desenvolvido por Marini não é equivalente a uma suposta interdependência entre as diversas economias no cenário mundial, dado que esta não pressupõe uma relação de subjugação entre nações ou regiões do mundo. Em segundo lugar, autores dependentistas como Cardoso afirmam que o conceito de dependência, da forma como é construído no âmbito da teoria marxista, implica um estancamento do crescimento econômico por parte das regiões ou países periféricos. Dos Santos (*apud* Valencia, 2005, p. 187) aclara que a dependência, por certo, condiciona certa estrutura interna dos países periféricos, que, entretanto, a redefine em função das possíveis estruturas das diferentes economias nacionais, ou seja, não há nenhum determinismo que garanta que a situação de dependência implique estancamento do crescimento. Em terceiro lugar, não

se pode deprender a situação de dependência apenas considerando o plano estritamente interno. Nesse sentido, a teoria da dependência conferiu grande importância ao movimento internacional de capitais, principalmente aos investimentos diretos e à dependência tecnológica (Marini, 1992, p. 89-90), como garantem as formas históricas de dependência identificadas por Dos Santos (1978).

Na medida em que a condição de dependência implica que foram constituídos e se reproduzem mecanismos de transferência de valor das zonas periféricas para as centrais, qual é então a dinâmica de funcionamento dessas transferências? Ou, nos termos de Marini (2005), trata-se de desvendar o segredo da troca desigual.

Marini (2005) afirma que a transferência de valor da periferia para o centro do capitalismo ocorre porque uma parte da mais-valia produzida pela economia dependente não é realizada/apropriada na economia dependente, mas na economia central, constituindo-se, portanto, mecanismos de transferência de valor no âmbito do comércio internacional. Essa dinâmica de funcionamento se daria das seguintes formas:

(i) a concorrência opera mecanismos de transferência de valor internos a uma esfera de produção. Isto ocorreria porque, como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo seu valor de mercado, que corresponde àquele referente às condições médias de produção da mercadoria (produtividade média), e os países dependentes possuem

produtividade média inferior aos centrais, há uma transferência de valor excedente (mais-valia extra) da periferia para o centro;

(ii) a concorrência opera o mecanismo de transferência de valor entre distintas esferas de produção a depender das taxas de lucros vigentes nessas esferas, sendo que neste movimento concorrencial, como analisado por Marx (1988, v. 4, cap. IX), setores com maior produtividade do que a média se apropriariam (preço de produção) de um valor maior do que o produzido, e setores com menor produtividade do que a média se apropriariam de um valor menor do que o produzido, em função da tendência à igualação das taxas de lucros vigentes nessas diferentes esferas.

A transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais provoca sérios problemas de estrangulamento externo para as primeiras, na medida em que impõe gargalos às contas externas do balanço de pagamentos. A alternativa para os países periféricos, isto é, a *“única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir [crescendo] seria aumentar a sua produção de excedente”*. Assim, ainda que uma parcela crescente do *“excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante (a partir da taxa de lucro interna) pode sustentar uma dinâmica de acumulação interna, mesmo que restringida e dependente”*. (Carcanholo, 2009, p. 255) A acumulação seria *restringida* justamente pelo fato de que nem toda a mais-valia produzida pela periferia pode fazer parte do fundo de

acumulação do capitalismo dependente, sendo uma parcela dela “remetida” para os países centrais. E seria *dependente* justamente porque depende da parcela da mais-valia produzida que é “remetida”, ou melhor, depende da outra parcela que fica nos países periféricos e pode, portanto, ser acumulada no capitalismo dependente.

Como é possível viabilizar essa acumulação de valor nos países periféricos? A resposta parte da análise desenvolvida por Marx (1988), ou seja, de antemão é possível afirmar que tal mecanismo só é possível via manejo da única mercadoria capaz de gerar valor, qual seja, a força de trabalho humana. Segundo Marini (2005, p. 156), a necessidade de acumulação no capitalismo periférico impôs a esses países uma superexploração da força de trabalho, isto é, “*a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho*”.

A superexploração do trabalho poderia se apresentar como um entrave à acumulação interna de capital nos países periféricos – por uma questão de insuficiência de demanda –, mas isso não ocorre, em grande medida, porque a maior parte daquilo que a periferia produz é destinada à exportação. Na medida em que a ausência de demanda interna não se constituiu como problema, a superexploração não se apresenta como um problema consequente, dado

que a demanda externa garante a continuidade da acumulação. A superexploração se constituiu, portanto, na única forma de o capitalismo dependente possuir alguma dinâmica interna, ainda que essa dinâmica esteja baseada em ganhos de produtividade que são obtidos à custa de maior taxa de desemprego, aumento da jornada de trabalho e precarização do trabalho (Carvalho, 2009), ou seja, com prejuízos inequívocos para classe trabalhadora.

3. A crise do pensamento dependente marxista

Na interpretação de Marini (1992), assim como o golpe militar de 1964 no Brasil conduziu à crise do desenvolvimentismo, a derrota da Unidade Popular no Chile em 1973 desencadeou a crise da teoria marxista da dependência. De acordo com Osorio (2004), é preciso considerar que o golpe militar no Chile promoveu uma verdadeira diáspora de parte importante dos intelectuais marxistas que deram vida aos estudos da dependência, desarticulando assim equipes de trabalho e temas que estavam sendo investigados. Além disso, com a multiplicação de ditaduras militares na América Latina naquele período, ganhou corpo na região o debate acerca da caracterização do novo Estado latino-americano – um tema que passa a ser abordado por diversas correntes teóricas, marxistas e não marxistas.

Nesse contexto, sobressaem duas correntes de pensamento acerca da realidade latino-americana que, em grande medida, colocam-se de forma contrária ao núcleo das ideias elaboradas no âmbito da teoria marxista da dependência, principalmente aos escritos formulados por Marini (2005). Estas propostas são: (i) o marxismo endogenista – que “luego de un largo período de repliegue teórico, busco nuevos aires tras las tesis de la ‘articulación de modos de producción’” (Osorio, 2004, p. 142); e (ii) o neodesenvolvimentismo.

Em relação à primeira proposta, é possível afirmar que na década de 1970 várias formulações acerca do capitalismo latino-americano foram retomadas por teóricos endogenistas, dentre os quais se destacaram o sociólogo equatoriano Agustin Cueva, os historiadores mexicanos Enrique Semo e Roger Bartra, e o historiador brasileiro Cyro Flamarion Cardoso. Uma das principais críticas dos marxistas endogenistas aos dependentistas marxistas era uma suposta ênfase dada por estes últimos às relações entre nações, obscurecendo as relações de classes internas aos países latino-americanos. Marini (1992, p. 92) afirma, primeiro, que a crítica não era nova e muito menos justa, dado que, embora fosse correto afirmar

que os dependentistas, preocupados com os mecanismos de exploração capitalista no plano internacional, partiam das relações que as classes dominantes nacionais estabeleciam entre elas, no

marco inter-estatal. Não é menos certo, porém, que eles se preocuparam com a maneira como isso afetava as relações internas de exploração e, portanto, de classe [...]. (Marini, 1992, p. 92)

Como forma de compreender a formação social diversa da América Latina, o endogenismo considerava necessário analisar primeiro o desenvolvimento capitalista na região, ou seja, a análise precisaria “ater-se rigorosamente ao marco de referência estabelecido por Marx para o estudo do modo de produção capitalista”, e somente depois deveriam ser considerados os elementos externos, tal como o imperialismo. Note-se que há aqui um ponto de ruptura central com a teoria marxista da dependência, na medida em que para estes autores a compreensão da formação social das economias dependentes está indissociavelmente atada à compreensão do movimento do sistema mundial capitalista, com o que “a constituição da economia capitalista dependente é inseparável do processo mundial que engendra o imperialismo” (*ibidem*, p. 93).

Já a segunda proposta, o neodesenvolvimentismo, foi gestada ao longo da década de 1960. Ainda de acordo com Marini (*ibidem*, p. 96-97), nesse momento, a supremacia da burguesia industrial latino-americana no bloco dominante era incontestável, com o que seria preciso agora buscar consolidar sua hegemonia nacional e melhorar sua posição internacional. Obviamente, esse duplo movimento de afirmação

dependia de uma ofensiva ideológica à teoria da dependência. Assim, a

nova atitude da burguesia latino-americana no plano internacional acompanha-se do esforço de criação de uma nova ideologia, capaz de justificá-la, para o que ela recorre ao recrutamento de antigos desenvolvimentistas, como Prebisch, Furtado, Anibal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, e de dependentistas, como Fernando Henrique Cardoso, entre outros [...]. Assim como, na década de cinquenta, havia correspondência entre as teses dos partidos comunistas e a CEPAL, também agora se registrará notável margem de acordo entre o endogenismo e a nova corrente, que podemos chamar de neo-desenvolvimentista. (Marini, 1992, p. 96-97)

Qual o ponto de tangência entre essas correntes de pensamento, ou seja, entre a proposta endogenista e a neodesenvolvimentista? Na interpretação de Marini (1992), a burguesia industrial necessitava consolidar sua hegemonia, o que era feito com base no uso da força – como comprovam os regimes ditatoriais –, e da construção de sua legitimidade, levada adiante pela burguesia ao abrir-se para a discussão sobre a questão redistributiva. Isso explica porque a literatura neodesenvolvimentista gestada na região naquele momento tem no tema da distribuição de renda seu ponto nevrálgico. Assim, o ponto de tangência entre essas correntes de pensamento é a particular concepção do desenvolvimento capitalista com aspectos de socialdemocracia.

Como forma de diferenciação do desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo, é possível afirmar que, no âmbito da primeira corrente de pensamento, a questão distributiva não aparece como sendo o cerne da análise. A segunda diferença reside no instrumental teórico e metodológico que utilizam os neodesenvolvimentistas, considerado mais elaborado e “aberto aos conceitos e procedimentos marxistas de análise”, ainda que sejam, no âmbito da teoria marxista, preferíveis “aqueles [autores] mais facilmente assimiláveis pela teoria burguesa”, como “Kalecki, Hilfeding, Steindl” (*ibidem*, p. 97-98).

A afirmação e hegemonia teórica da corrente de pensamento neodesenvolvimentista levaram a uma crise do pensamento endogenista. No entanto, é importante destacar que o endogenismo representou uma importante contribuição aos estudos marxistas posteriores, cujo olhar se voltou de forma mais atenta para os processos internos aos países latino-americanos como forma de compreensão da realidade da região. Já a corrente de pensamento neodesenvolvimentista manteve-se robusta nas décadas seguintes.

4. A reestruturação neoliberal e o aprofundamento da dependência

Os ajustes impostos à região latino-americana nas últimas décadas do século XX foram condicionados pela crise capitalista dos anos

1970 e pela subsequente política de afirmação da hegemonia norte-americana – sendo um de seus momentos mais emblemáticos o aumento dos juros promovido pelo país em 1979, o qual impôs à América Latina uma crise de endividamento sem antecedentes. (Tavares, 1997) A crise da dívida dos países latino-americanos nos anos 1980 levaria a CEPAL a denominar esse período de “a década perdida”, uma vez que a taxa média de crescimento *per capita* nessas economias foi muito baixa.

A guinada do ponto de vista do crescimento econômico nos anos 1980 é incontestável. No entanto, mais do que isso, a ideologia neoliberal, hegemônica desde então, interrompeu o desenrolar do pensamento crítico latino-americano, restando apenas discussões sobre políticas econômicas pontuais, tópicas. Em termos do pensamento social latino-americano, portanto, é possível afirmar que não foi possível “retomar a elaboração crítica e original” que vinha sendo realizada nas décadas anteriores, da qual a teoria marxista da dependência é um exemplo, “o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região”. (Marini, 1992, p. 100) Com isso, na América Latina, ao neoliberalismo correspondeu “a imposição dos interesses imperialistas no contexto da reconversão econômica que a região é forçada a proceder, ante as mudanças que sofre a economia internacional”, sendo que, na “raiz desse fenômeno, está a falência

do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento [...]” (*ibidem*).

De início, destaca-se que a região latino-americana inicia a reestruturação neoliberal do capital nos anos 1970. Para além do campo ideológico, as primeiras experiências no campo das políticas neoliberais ocorreram de forma concomitante com a emergência de regimes ditatoriais na região, não coincidentemente por meio de golpes. Ou seja, embora o discurso neoliberal fosse favorável à constituição de um “Estado mínimo”, a necessidade de desmantelamento das conquistas sociais (ainda que parcas) na região, e de expansão dos mercados no pós-crise de 1970, só foi possível com a presença de Estados fortes, neste caso, ditatoriais.

Assim, grande parte dos países latino-americanos “ingressa na modernidade” via implementação do neoliberalismo, ou seja, adota a cartilha de medidas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, a cargo das políticas imperialistas dos países centrais. Embora os países latino-americanos tenham adotado o neoliberalismo em momentos distintos de sua história e com formatos de políticas diferenciadas, em grandes linhas, o receituário era composto por: (i) estabilização monetária; (ii) reformas estruturais; e, (iii) como prevê a própria cartilha neoliberal, os países

que adotassem (i) e (ii) ingressariam num novo ciclo expansivo de crescimento econômico com distribuição de renda.

Na prática, o que se observa como resultado das políticas neoliberais é que o crescimento econômico não foi retomado. Em segundo lugar, a abertura comercial e financeira, reformas estruturais que figuram dentre as principais da cartilha neoliberal, implicou a maior transferência de valor produzido na periferia, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. A abertura comercial, por exemplo, leva a uma elevação das importações, causando um déficit na balança comercial, ou seja, as economias passam a importar o que antes era produzido internamente (num processo inverso ao proposto pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações). Isso ocorre porque, ao contrário do que imaginavam os defensores da abertura comercial, a exposição das economias latino-americanas à concorrência internacional não as tornou mais produtivas ou competitivas, uma vez que estas economias não estavam preparadas para concorrer em pé de igualdade com os países centrais. Note-se que, assim como nos anos 1980, a reestruturação do capital exigiu da América Latina um “ajuste exportador” – o que na prática significava a necessidade de produzir vultosos superávits nas balanças comerciais como forma de garantir o pagamento da dívida –, nos anos 1990, assiste-se a um “ajuste importador”, que significou a abertura dessas economias

ao livre fluxo de mercadorias externas.

Com relação à abertura financeira, a entrada de recursos externos pode se dar por endividamento direto ou por entrada de capital externo. O endividamento direto implica o crescimento do serviço da dívida subsequente, comprometendo a balança de serviços. O crescimento do capital externo implica uma maior remessa futura de lucros e dividendos, o que, igualmente, compromete o saldo da balança de serviços. Nos anos 1990, a conta de serviços das economias latino-americanas apresentou enormes e crescentes déficits que, somados aos déficits na balança comercial, provocaram resultados significativamente deficitários na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Esse maior endividamento condiciona a necessidade de financiamento externo futuro para essas economias, reafirmando o ciclo da dependência e aprofundando-o. Novamente, em termos de condicionantes histórico-estruturais da dependência, esse processo se refere, portanto, à remessa de valor, de excedentes, dos países dependentes para os centrais.¹¹

Os movimentos acima descritos expressam, portanto, o aprofundamento do caráter dependente da região latino-americana como decorrência da adoção do neoliberalismo. A esses condicionantes histórico-estruturais da dependência é preciso adicionar o elemento conjuntural, ou seja, enquanto o mundo está crescendo (puxado, por

exemplo, pelo crescimento chinês), a demanda por produtos primários aumenta e, portanto, os saldos na balança comercial dos países periféricos apresentam melhoras substantivas. O mesmo ocorre quando se está trabalhando num ciclo expansivo de liquidez internacional, que condiciona positivamente a conta de capital, na medida em que não se faz necessário pagar juros tão altos para atrair capitais de curto prazo. De qualquer forma, os problemas estruturais persistem, e ainda existe a possibilidade de serem aprofundados nos momentos de menor crescimento econômico e de reversão do ciclo de liquidez internacional.

Mesmo diante de um contexto em que uma massa de valor cada vez maior é transferida para os centros, no capitalismo dependente, a tentativa de sustentação do crescimento interno implicou a elevação da exploração do trabalho, como forma de tentar elevar a produção do valor excedente, para o que as reformas neoliberais foram fundamentais – como são emblemáticas as reformas trabalhistas, ou de flexibilização dos direitos trabalhistas, e as reformas da previdência pública. No entanto, à medida que essa massa de valor acumulada internamente nessas regiões ou países é crescentemente apropriada no âmbito financeiro-fictício, esses recursos não retornam para a acumulação de capital produtivo, definindo uma acumulação “travada” de capital” (Carcanholo, 2011).

Diante do fracasso das políticas neoliberais em alcançar os resultados prometidos, o neoliberalismo passa a ser crescentemente questionado na atualidade. Uma vez que a América Latina foi o laboratório de implantação da ideologia e prática neoliberais, é justamente nessa região que sua crise se mostra mais pronunciada, ainda que não se trate de uma derrota. É nesse sentido que a etapa contemporânea, principalmente a quem tem início no final dos anos 1990 e início do século XXI, caracteriza-se por um processo de mudanças em diferentes países latino-americanos que, ainda que em intensidades distintas, negam o neoliberalismo como “alternativa” à condição periférica e dependente – embora não se tenha constituído um novo projeto que faça frente ao anterior. Em termos do pensamento social latino-americano, entretanto, uma corrente de pensamento retoma as teses nacional-desenvolvimentistas e busca, em grande medida, colocar-se como um projeto alternativo ao neoliberalismo. Trata-se do neoestruturalismo, isto é, um nova roupagem do “novo desenvolvimentismo”, ainda que mais atuante.

5. O pensamento neoestruturalista é alternativo ao neoliberal?

De acordo com French-Davis (*apud* Valencia, 2005, p. 122), o neoestruturalismo ou novo-desenvolvimentismo é uma corrente teórica que

se desenvolveu no interior das ciências sociais latino-americanas desde meados da década de 1980. A literatura sobre o tema considera que o marco teórico de constituição dessa corrente de pensamento foi a publicação pela CEPAL, no ano de 1990, do texto *Transformação produtiva com equidade*, reeditado em CEPAL (2000). Segundo Osorio (2004, p. 151), o mais consistente autor dentro da corrente de pensamento neoestruturalista é Fernando Fajnzylber. De suas propostas saíram as formulações produzidas pela CEPAL no início dos anos 1990, do qual o relatório citado é um exemplo. Outros autores de destaque são: Ugo Pipitone, Osvaldo Sunkel, Joseph Ramos, Víctor E. Tokman e Ricardo Ffrench-Davis.¹²

Na interpretação de Castelo (2010, p. 194), o objetivo central do neoestruturalismo seria, nos moldes do relatório da CEPAL (2000), “*delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país*”. Para alcançar esse objetivo seria necessário um novo padrão de intervenção do Estado na economia e na questão social, principalmente reduzindo o ambiente de incerteza que cerca as decisões capitalistas – argumento este desenvolvido nos trabalhos de Keynes e pelas escolas de pensamento de matriz keynesiana que o sucederam.

A que se deve, segundo a análise neoestruturalista, a incerteza ambiental nos países

subdesenvolvidos? Deve-se ao fato de que, ao menor sinal de risco para os aplicadores financeiros, observa-se uma fuga de capitais dessas economias, que vão em busca de zonas de valorização (supostamente) mais seguras. Quando isso acontece, os países subdesenvolvidos são acometidos por crises cambiais – como as que vivenciaram nos anos 1990 –, que impactam negativamente o balanço de pagamentos e, tendencialmente, levam a um aumento da inflação. Esse processo recoloca a necessidade de um aumento dos juros, já bastante elevados em função da necessidade de atração de capitais de curto prazo como forma de fechar as contas externas. Ao aumentar as expectativas de ganhos na esfera financeira, graças ao aumento dos juros, também aumentam os custos associados a uma empreitada de valorização na esfera produtiva, o que reduz o ritmo de crescimento econômico e provoca impactos negativos sobre a geração de emprego e de renda. Diante disso, os neoestruturalistas defendem o novo padrão de intervenção do Estado na economia, que significa redirecionar, via manejo adequado de política econômica, o capital da esfera financeira para a esfera produtiva, única capaz de gerar emprego e renda, diminuindo os problemas relacionados à “questão social”.

Outro problema a ser contornado é a vulnerabilidade externa, ou seja, a baixa capacidade dessas economias de reagir a choques externos, em grande medida como consequência do

ambiente anterior. Nesse caso, deveria haver uma blindagem da economia por meio do controle dos fluxos externos de capital, sem quebra de contrato ou desrespeito aos estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dado que apenas essa medida tópica não seria suficiente para contornar o problema, o controle de capitais deveria ser acompanhado de redução dos juros, acúmulo de reservas internacionais, ampliação do crédito bancário e política fiscal expansionista. Por fim, o conjunto de medidas precisaria ser completado com a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, por mecanismos internos de financiamento do investimento, pela segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada e, por último, pela constituição de um empresariado nacional forte. (*ibidem*, p. 196)

O neoestruturalismo seria então, de fato, uma alternativa ao neoliberalismo? Em sua análise sobre o neoestruturalismo, Castelo (*ibidem*, p. 197-202) desenvolve três frentes de crítica. Duas delas são aqui destacadas. Em primeiro lugar, o neoestruturalismo, de forma semelhante ao estruturalismo, adota uma visão idílica de Estado, entendendo-o como “complementar ao mercado e promotor de bem-estar universal”, ao mesmo tempo em que o considera “um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais”, ou seja, tem-se a perspectiva de um Estado conciliador dos interesses do capital e

do trabalho, tendo em vista o “interesse nacional”, o que o coloca “abstrata e voluntariamente [...] acima dos conflitos antagônicos de classes”. Em segundo lugar, há uma falsa contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista. As propostas de reduzir o ambiente de incerteza que cerca a economia e atrair, dessa forma, o capital aplicado na esfera financeira para a produtiva, gerando emprego e renda para a classe trabalhadora, supõe um conflito de interesses no interior da classe capitalista – o que, de fato, não ocorre. Isso pode ser comprovado quando se analisa os processos de centralização do capital acentuados na fase capitalista imperialista, a partir da qual se observa um crescente processo de fusão entre o capital bancário e o capital industrial, ao qual se denomina capital financeiro (Hilferding, 1985). Tais aspectos, em nosso entender, demonstram mais uma proximidade do que propriamente um distanciamento entre o neoestruturalismo e o neoliberalismo.

5. Considerações finais

Para concluir, reconhecendo-se as contribuições provenientes das mais diferentes vertentes que compõem o pensamento social latino-americano, algumas das quais foram analisadas ao longo do presente artigo, enfatiza-se, por fim, que a reiteração e aprofundamento da inserção periférica e dependente da América Latina no capitalismo sob a égide neoliberal demandam

um novo pensamento social à altura da complexidade de compreensão do próprio sistema e, especificamente, da forma de inserção da região latino-americana em sua dinâmica. Um pensamento social e uma teoria correspondente que, alimentando o nível prático de ação, seja capaz de efetivamente transformar essa realidade. Entende-se que a teoria marxista da dependência disponibiliza frutífera contribuição nesse sentido.

Bibliografia

- AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ARICÓ, J. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: ALTVATER, E. *História do marxismo: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.
- CAPUTO, O. & PIZARRO, R. “Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales”. *Cuadernos de Estudios Socio Económicos*, 12-13. Chile: Centro de Estudios Socio Economicos (CESO); Universidad de Chile, 1970.
- CARCANHOLO, M. D. “Dialética do desenvolvimento periférico”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio-ago, 2008.
- _____. “Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico”. In: MARTINS, C. E. & VALENCIA, A. S. (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Boitempo, 2009, p. 251-264.
- _____. “O Banco do Sul: arquitetura institucional, políticas públicas e o desafio do desenvolvimento na América Latina”. *Relatório de Pesquisa, Projeto PNPd n.15/2010 – Governança Global e Integração da América do Sul*, IPEA, 2011. Mimeo.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.
- CARDOSO, F. H. & SERRA, J. “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”. *Revista Mexicana de Sociología*, n. extraordinário, 1978.
- CASTELO, R. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”. In: CASTELO, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.
- CEPAL. “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na América Latina*, volume 2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 889-910.
- DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: ERA, 1978.
- _____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1967.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, C. E. “Pensamento social”. In: SADER, E.; JINKINGS, I.; MARTINS, C. E.; NOBILE, R. (Coord.). *Latinoamericana: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México (D.F.): Universidad Autónoma de Ziccatecas; Miguel Ángel Porrúa, 2004.

PRADO, F. & MEIRELES, M. “Teoria marxista da dependência: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos”. In: CASTELO, R. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.

PREBISCH, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na América Latina*, volume I. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136.

RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

TAVARES, M. C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VALENCIA, A. S. *América Latina: de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en siglo XXI*. México (D.F.): Plaza y Valdés; Universidad Obrera de México; Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

Notas

1 Uma versão do presente artigo foi originalmente aceita para apresentação no Congresso “Political economy and the outlook for capitalism” (Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne) organizado pela Association Française d’Economie Politique (AFEP), Association for Heterodox Economics (AHE) e International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE) e, posteriormente, no IV Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS – UERJ).

2 São expoentes desse movimento, dentre outros, Juan Carlos Mariátegui, Raul Haya de la Torre e Julio Antonio Mella.

3 Nesse sentido, a obra de Rostow (1965) é uma das principais referências para a compreensão das chamadas “etapas do desenvolvimento”.

4 Os principais expoentes do pensamento cepalino naquele momento foram Raul Prebisch, Anibal Pinto, Celso Furtado, Victor Urquidí e Aldo Ferrer.

5 Trata-se de um argumento caro, por exemplo, a um dos principais autores da Teoria do Desenvolvimento Equilibrado, como Paul Rosentstein-Rodan (1943). (Agarwala & Singh, 1969, p. 253)

6 Este novo aspecto da dependência nos anos 1960 é destacado na obra de Caputo e Pizarro (1970). Ao contrário de resolver os problemas de financiamento externo, característica das economias dependentes, o investimento direto estrangeiro aprofundou o problema em virtude da deterioração estrutural da balança de serviços com a transferência crescente de lucros e dividendos para os centros capitalistas.

7 Para André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, por exemplo, a “América Latina es capitalista porque su producción está incidiendo en favorecer el avance de ese sistema a nivel planetario”. Já para “Laclau, Sempat Assoudourian y otros, América Latina es feudal o a lo menos precapitalista, por el peso de las relaciones serviles y esclavistas en su interior” (Osorio, 2004, p. 131-132).

8 Por isso as “revoluções” na periferia foram processos de “modernização” e não de transformação da forma social capitalista (ainda que houvesse intencionalidade para isso).

9 No presente artigo, ao retomar a teoria da dependência em sua vertente marxista como referencial teórico, priorizam-se as obras de alguns de seus expoentes, são eles: Marini (1992; 2005), Dos Santos (1978; 2000) e Caputo e Pizarro (1970).

10 Após a publicação de *Dialética da dependência*, em 1973, Cardoso e Serra (1978) afirmaram que a análise de Ruy Mauro Marini era “economicista”. Trata-se de um tipo de crítica na qual “se hace palpable el sociologismo reinante en las ciencias sociales latinoamericanas, en donde las esferas social y política adquieren tanta autonomía que se explican a sí mismas, dejando de lado la incidencia de la economía en la definición de los procesos sociales” (Osorio, 2004, p. 140). Outra crítica, que se desdobraría da interpretação “sociologista”, afirma que a análise de Marini (2005) desconsidera as classes sociais e a luta de classes. Nesse caso, cabe ressaltar, primeiro, que seria realmente curioso a possibilidade de empreender tal façanha tendo como referencial teórico a obra de Marx (1988) e, segundo, a análise de classes aparece na obra de Marini no próprio desdobramento das categorias que vão sendo elaboradas (como, por exemplo, quando analisa a superexploração do trabalho).

11 Para uma análise dos resultados das reformas estruturais na América Latina, consultar Cano (2000).

12 Uma análise detalhada sobre o estruturalismo e o neo-estruturalismo latino-americano pode ser encontrada em Rodríguez (2009).